



ADAPTAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA DISCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

RODRIGUES, Camila Pastre¹; BIZERRA, João Antonio Veiga²

RESUMO (ADAPTAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA DISCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA) – Este trabalho tem como objetivo investigar estratégias didáticas a partir da Adaptação Curricular para alunos do Ensino Fundamental (Anos Iniciais) com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Justifica-se pela premissa da educação inclusiva e de qualidade para todos, tratada na Legislação e nos Parâmetros Curriculares Nacionais, tomando como ponto de partida a Escola Inclusiva e suas apropriações, bem como o papel da Gestão Democrática em todo esse processo. A metodologia utilizada como instrumento de investigação baseia-se na revisão de Literatura, que representa uma etapa da pesquisa exploratória e descritiva. A partir de autores como Paro (2006), Libâneo (2004), Mantoan (2003), Sacristán (1999) e Minetto (2019), juntamente com a análise de parâmetros curriculares é possível afirmar que a flexibilização curricular é instrumento de mudança didática e administrativa, se somada a uma Educação Humanizadora e uma Gestão Democrática, e que o TEA tem necessidades educacionais especiais que ultrapassam simples adaptações no interior da escola e demanda uma formação de qualidade, para enfim atender a uma Educação de Qualidade, pautada nos princípios inclusivos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Autismo. TEA. Adaptação Curricular.

ABSTRACT (CURRICULAR ADAPTATION IN SPECIAL EDUCATION: TEACHING STRATEGIES FOR ELEMENTARY SCHOOL STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER) – This work aims to investigate teaching strategies from the Curricular Adaptation for elementary school students on the autistic spectrum disorder. It is justified by the premise of inclusive and quality education for all, treated in the legislation and in the National Curriculum Parameters, taking as a starting point the Inclusive School and its appropriations, as well as the role of Democratic Management throughout this process. The methodology used as a research instrument is based on the literature review, which represents a stage of exploratory and descriptive research. From authors such as Paro (2006), Libâneo (2004), Mantoan (2003), Sacristán (1999) and Minetto (2019), along with the analysis of curriculum parameters, it is possible to state that curriculum flexibility is an instrument of didactic and administrative change, if added to a Humanizing Education and a Democratic Management, and that the ASD has special educational needs that go beyond simple adaptations within the school and demand quality training, to finally meet a Quality Education, based on inclusive principles.

¹ Discente do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FAEF; E-mail: camilapastre@aluno.fae.edu.br.

² Docente do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FAEF; E-mail: joao.bizerra@professor.fae.edu.br.

Keywords: Inclusive Education. Autism. ASD. Curriculum Adaptation.

1. INTRODUÇÃO

A educação está diretamente ligada à Sociedade e está mudando de acordo com as necessidades que surgem historicamente e com o que se pretende formar em determinado período. Por muito tempo a educação foi considerada um privilégio para uma única classe social, não havia espaço para uma formação pautada na diversidade, isso incluía as consideradas minorias sociais, como as mulheres, os negros, indígenas e o público-alvo da Educação Especial.

Esse público por sua vez, foi excluído socialmente, estigmatizado e somente após mudanças na Legislação Educacional conquistadas através dos Direitos Humanos é que foi possível visualizar o início de uma Educação Inclusiva. Com o passar dos anos, foram levantadas novas necessidades de mudança para o atendimento desse público-alvo e seu efetivo processo de inclusão.

A flexibilização curricular apresenta-se como uma necessidade frente às mudanças necessárias para que esse processo ocorra efetivamente. Sacristán (1999) define o currículo como um documento que está diretamente ligado

com a cultura e a sociedade, por meio do conhecimento e da aquisição de cultura dos alunos, há o currículo real que se refere diretamente à prática da sala de aula e o currículo oculto, ligado às tendências educacionais, representadas por formas de aprendizagem, estratégias, comportamentos.

A flexibilização curricular para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é necessária para desenvolver um olhar individualizado, mas ao mesmo tempo, uma educação que inclua este aluno no ambiente escolar. Nesse sentido, para esses alunos, a adaptação e o desenvolvimento de estratégias didáticas são de suma importância, considerando suas especificidades de socialização e aprendizado.

O TEA caracteriza-se como um distúrbio do neurodesenvolvimento a partir do desenvolvimento atípico, déficits na comunicação e na interação social, padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades. Há muitas pesquisas sobre os fatores de risco para o autismo, mas ainda não há uma causa exata para o Transtorno do Espectro Autista. Porém, há um

consenso entre os cientistas de que fatores biológicos, genéticos e ambientais influenciam a probabilidade do desenvolvimento do autismo (KLIN, 2006).

A etiologia do TEA ainda permanece desconhecida. Evidências científicas mostram que não há interação de fatores genéticos e ambientais, e não apenas uma causa única. A interação entre esses fatores parece estar relacionada ao TEA, porém é importante ressaltar que “risco aumentado” não é o mesmo que causa fatores de risco ambientais. Os fatores ambientais podem aumentar ou diminuir o risco de TEA em pessoas geneticamente predispostas.

Desse modo, o objetivo deste estudo é investigar as estratégias de flexibilização curricular, para alunos com TEA no Ensino Fundamental.

2. CONTEÚDO

2.1. ESCOLA INCLUSIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Uma Escola Inclusiva não nasce do acaso. Para isso, são necessários fatores externos e internos, sobretudo quando há uma permanência histórica do método tradicional de ensino, baseado na centralidade do Professores e na ideia de que os educandos são tábulas rasas, sem

quaisquer vivências e/ou heranças culturais.

Ao analisar as conquistas dos Direitos Humanos para a Educação, fica evidente que houve muito esforço por parte das políticas públicas para que se pensasse em uma educação que atendesse ao público-alvo da educação especial. Segundo Minetto (2019) há uma nova política educacional que considera todos iguais perante a lei, e desse modo, busca a igualdade de oportunidades. Contudo, encontra obstáculos para efetivar-se devido à dificuldade de atendimento aos alunos que necessitam de cuidados especiais.

A respeito das mudanças advindas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais:

Contudo, observamos um grande salto na fundamentação da Lei nº 9.394/1996 e na proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais: o destaque à flexibilidade e à dinamicidade. Essas características contribuem de forma muito positiva para as mudanças que se apresentam na atualidade, pois possibilitam que a adaptação curricular seja realizada nos diferentes âmbitos, favorecendo a autonomia para efetivar adequações à medida que as dificuldades se apresentem, tornando a escola, seus objetivos e conteúdos mais compatíveis com as necessidades dos alunos (MINETTO, 2019, p.23).

A flexibilização curricular começa a ser citada nos principais documentos de diretrizes curriculares como uma alternativa para atender as demandas advindas dos novos tempos, marcados com

novas demandas para um mundo cada vez mais globalizado e com a ascensão das políticas neoliberais de privatização.

Em relação aos conteúdos que devem ser ensinados visando a diversidade, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), elaborados no ano de 1998 visam trazer elementos norteadores para direcionar a nível nacional o currículo, visando uma educação para a Cidadania. Minetto (2019) ainda afirma que a principal característica deles está na criação de práticas de interdisciplinaridade, visando diferentes formas de conhecimento, e no caso dos alunos com necessidades específicas, podem facilitar o processo de flexibilização e adaptações curriculares.

A permanência de acessibilidade do aluno público alvo da Educação Especial, se trata não somente da oferta de vagas, mas de condições materiais e estruturais, formação docente adequada e especializada, e organização do currículo e do pedagógico (PAULA, 2016). Em outras palavras, vai além do entendimento da necessidade da inclusão escolar sob os moldes de uma Educação Tradicional, que pouco oferta Educação de qualidade a este público-alvo.

Em relação à Legislação Educacional, houve um movimento internacional de declarações, manifestos e

políticas públicas que inspirou a legislação brasileira para o atendimento às necessidades especiais como a Declaração Mundial de Educação para todos (1990) realizada em Jomtien, na Tailândia, e que traz no artigo 3 que “As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial” e com isso é necessário considerar todo e qualquer tipo de deficiência” A Declaração de Salamanca (1994) que visava a integração das pessoas com necessidades educacionais especiais nos sistemas regulares de ensino, e também a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) que reconhecia o acesso à Educação como um direito, sem discriminação e com igualdade de oportunidades.

Esses documentos advindos das manifestações dos Direitos Humanos (1948) para as pessoas com deficiência foram de suma importância para que o Brasil implementasse uma educação inclusiva ideal, considerando uma educação de igualdade para todos, sem exclusão, preconceito e que principalmente visasse a Educação regular, que outrora era não era um Direito de todos. Vale ressaltar que anteriormente, até aproximadamente a década de 90, existiam salas especiais para esses alunos, ocasionando um processo de

exclusão educacional. Segundo a LDB nº 9394/96:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

De acordo a LDB, são necessárias capacitações adequadas para os professores a fim de criar estratégias didáticas para atender esse público nas classes comuns, isto significa, realmente incluir esses educandos no processo de ensino-aprendizagem, uma educação visando o trabalho e a socialização nas esferas sociais, bem como a criação de condições para os inaptos e para os superdotados,

visando um acesso de igualdade à educação na Escola Regular.

Ainda acerca da Legislação para as pessoas com deficiência, a Lei nº13.146 criada em 6 de julho de 2015 e denominada “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência” ou “Estatuto da Pessoa com Deficiência”, trata em linhas gerais de alguns dos direitos e necessidades da pessoa com deficiência, como a acessibilidade, o direito à moradia, esporte lazer e à Educação, que segundo o Artigo nº28: “sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida.” Melhor dizendo, um sistema educacional que priorize o desenvolvimento integral do educando, considerando as adequações necessárias, sejam elas curriculares e/ou espaciais.

2.2.INCLUSÃO ESCOLAR: CONCEITO E APROPRIAÇÕES

A construção de uma Escola Inclusiva é um processo de constante inovação que necessita de modernização e uma série de mudanças em todos os âmbitos escolares, por isso muitos resistem no desenvolvimento de uma escola realmente inclusiva, que transforme seus espaços e não somente adapte atividades de forma simples. Essa dificuldade ocorre, pois, para compor a Escola, é esperado um

modelo de aluno baseado em uma identidade normativa, e existem uma série de estigmas que rondam os alunos que possuem alguma forma de deficiência, apesar das conquistas vindas da Legislação e dos movimentos dos Direitos Humanos.

Uma escola inclusiva é aquela que educa todos os alunos em salas de aula regulares. Educar todos os alunos em salas de aula regulares significa que todos os alunos recebem oportunidades educacionais adequadas, que são desafiadoras, porém ajustadas às suas habilidades e necessidades; recebem todo o apoio e ajuda de que eles ou seus professores possam da mesma forma, necessitar para alcançar sucesso nas principais atividades. Mas uma escola inclusiva vai, além disso. Ela é um lugar do qual todos fazem parte, em que todos são aceitos, onde todos ajudam e são ajudados por seus colegas e por outros membros da comunidade escolar, para que suas necessidades educacionais sejam satisfeitas (STAINBACK; STAINBACK, 2007).

Quer dizer, é necessário todo um ajuste às condições educacionais para esses alunos, além das atividades adaptadas e promover oportunidades de uma educação de qualidade para todos. Esse conceito é utilizado na Legislação como uma educação que atenda à todas as necessidades educacionais especiais, a partir das condições de trabalho que propiciem uma formação adequada considerando todas as relações sociais, e vise a colaboração de todos os pares, a fim de considerar a diversidade na sala de aula.

A escola somada a um processo de inclusão proporciona uma educação

humanizadora, que considera todas as vivências do educando, garante uma aprendizagem integral, com o desenvolvimento cognitivo, social e moral, adequando-se à necessidade proposta pela Educação Especial. Uma concepção humanizadora de educação demanda que a escola acredite na mudança e considere o desenvolvimento da criança como um processo de liberdade e de apropriação do conhecimento, de forma autônoma e afetiva.

A educação humanizadora é muito pertinente pois, segundo o educador, ela deixa um legado de vida, com sentido e significado, que marcará positivamente a vida do sujeito. A educação se faz sobretudo com histórias de vida, de maneira que é imprescindível inserir no contexto escolar a ternura, a doçura, o carisma, a coerência, o compromisso, a seriedade e a afetividade. Palavras e expressões que precisam sair do papel e se converter em ações concretas dentro da prática docente, que irá se refletir positivamente dentro e fora da escola (SANTOS, 2017, p.182).

Ainda acerca deste tema, Paulo Freire (1999) considera que uma educação se torna humanizadora quando se desprende da Educação Tradicional, tendência educacional ainda presente na educação contemporânea, baseada na centralidade e autoridade do professor, visando um saber meramente instrumenta, e que difere de uma escola inclusiva e de uma educação de qualidade, pois ainda segue um modelo escolar pautado no

passado e portanto, voltando a um modelo de identidade de seus alunos, baseado no conceito de normalidade.

Em sua obra denominada *Inclusão Escolar: o que é? Por que? Como fazer?* Mantoan (2003) cita uma crise de paradigma existente a partir das mudanças sociais que acabaram atingindo a Educação e o modo de se produzir conhecimento, para ela, um paradigma significa um modelo a ser seguido, considerando a abstração e a concretude do mundo e essa crise se dá a partir das revoluções científicas ocorridas, e com isso os velhos modos de funcionamento da sociedade e mais precisamente, da Educação estão sendo contestados. Assim alude que:

Os sistemas escolares também estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças. A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo, o afetivo, o criador, sem os quais não conseguimos romper com o velho modelo escolar para produzir a reviravolta que a inclusão impõe (MANTOAN, 2003, p.13).

Desse modo, um paradigma baseado no tradicionalismo e no ensino mecanicista reforça a divisão social e de aprendizado entre alunos com diferentes formas de aprender, viver e se expressar,

ocorre uma massificação do ensino travestida de moderna e tecnológica, mas que não atende às verdadeiras necessidades da inclusão, pautando-se em uma perspectiva de uma forma escolar baseada no passado.

Portanto, para que haja mudanças materiais e palpáveis no ambiente escolar, é necessário que se mude o pensamento em relação às diferenças, considerando a diversidade como um todo e considerando a educação um processo de democratização e direito humano que deve ser acessível a todos, de forma a considerar suas especificidades. Esse processo que inicialmente se dá no pensamento, em seguida deve ser colocado na formação de professores, uma vez que ainda há muito escassez de uma formação inclusiva humanizadora e muitos Professores apresentam dificuldade para atender a tais demandas, seja por comodismo ou falta de formação inicial ou continuada adequada.

Sendo assim, a inclusão muitas vezes vista e interpretada de forma errônea pela sociedade e pela educação, deve ser revista primeiramente em nível conceitual, para depois ser posta em prática, considerando que o ideal de inclusão muda de acordo com as necessidades educacionais de cada período (MANTOAN, 2003). Certamente a

inclusão citada na Legislação da década de 90 não abrange totalmente as demandas de hoje, como a crescente alta de alunos diagnosticados com TEA, por exemplo.

Destarte, para que a inclusão escolar ocorra continuamente, é necessário um movimento para além da elaboração de documentos normativos, como o Projeto Político Pedagógico, que se elaborado de acordo com a realidade socioeconômica e educacional da Instituição, pode tornar-se um ponto de partida para a Educação Inclusiva desejada, não aquela que separa alunos neurotípicos dos demais, mas uma que possibilita um processo de socialização e uma educação que humaniza, valorizando a diversidade, um processo contínuo de inclusão em movimento.

2.2.ADAPTAÇÃO CURRICULAR: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Entende-se por adaptação, ou adequação curricular, toda e qualquer ação que vise flexibilizar o currículo para atender o público-alvo da Educação Especial, a partir de suas necessidades educacionais especiais. Esses conceitos começaram a ser citados Nos Parâmetros Educacionais a partir de uma influência Internacional:

Nesse sentido, a adequação curricular ora proposta procura subsidiar a prática docente, propondo alterações a serem desencadeadas na definição dos objetivos, no tratamento e desenvolvimento dos conteúdos, no transcorrer de todo processo avaliativo, na temporalidade e na organização do trabalho didático-pedagógico no intuito de favorecer a aprendizagem do aluno (BRASIL, 1999).

Dessa forma, é uma prática que vai além de pequenas mudanças no espaço da sala de aula para os alunos com necessidades educacionais, mas uma ferramenta que possibilita mudanças para todo o processo de ensino-aprendizagem, auxiliando no planejamento didático.

Há nesse processo, resistência à mudança por meio da persistência de uma educação Tradicional e até mesmo dos desafios que as adaptações proporcionam para a Gestão Escolar e todo o corpo docente que necessitam mudar suas formas de trabalho, estratégias de avaliação, aplicação de atividades e outros elementos necessários para uma educação que atenda a todos.

Ao interpretarmos essa definição, podemos entender que o currículo é uma corrida do professor e dos estudantes. O docente precisa vencer os conteúdos programados que lhe foram apresentados no início do período escolar, percorrer um trajeto predeterminado e conseguir ultrapassar uma linha de chegada, ao término do ano letivo ou ao término de um curso. Já os discentes devem aprender o que foi proposto, todos no mesmo tempo, espaço e ritmo, considerando essa concepção de currículo (SASS, 2020, p.10).

Ou seja, é uma decisão tomada em conjunto que afeta aluno e professores em um processo dialético de ensino e aprendizagem em ambas as partes, cabe ao aluno especial também adequar-se às mudanças proporcionadas por essa adaptação curricular, de modo que essa não segregue esse educando e que ele se sinta parte da sala de aula.

Segundo Heredero (2010) dentro do conceito de adaptação curricular, há tipologias como as adaptações curriculares ordinárias, não significativas ou de pequeno porte que:

São modificações que se realizam nos diferentes elementos da programação desenhada para todos os alunos de uma sala, ou ciclo, para fazer frente às diferenças individuais, mas que não afetam na prática o ensino básico do currículo oficial, já que não há modificação substancial dos elementos básicos do mesmo. Pode necessitá-las qualquer aluno, ou aluna, que tenha necessidades educativas de caráter temporário e, naturalmente, se podem propor para alunos com deficiência como medidas prévias, ou complementares. Trata-se de ajustes pouco significativos nos conteúdos, formas de ensinar, à sequenciação e planificação de conteúdos e tarefas; ou até as estratégias de avaliação, procedimentos de avaliação, ou recursos utilizados (HEREDERO,2010, p.201).

Ainda segundo o autor, essas mudanças substanciais no currículo escolar são benéficas para uma grande quantidade de alunos, não só para o público da

educação especial, o que também representa uma alternativa de planejamento de trabalho para os docentes que desejam incluir todos os educandos em novas estratégias de aprendizagem.

Em contrapartida, existem as adaptações curriculares de grande porte que se constituem em ações vindas de instâncias político-administrativas, visando mudanças políticas, burocráticas e financeiras, sendo:

a criação de condições físicas, ambientais e materiais para o aluno, em sua unidade escolar: a adaptação do ambiente físico escolar; a aquisição do mobiliário específico necessário; a aquisição dos equipamentos e recursos materiais específicos; a adaptação de materiais de uso comum em sala de aula; a capacitação continuada dos professores e demais profissionais da educação; a efetivação de ações que garantam a interdisciplinaridade e a transetorialidade (BRASIL, 2000a, p. 14).

Portanto, o currículo deve passar por um processo de ressignificação, uma vez que representa um meio de acesso a uma educação inclusiva, que desafia os limites de uma escola regular, que na maioria das vezes se pauta em um único modo de ensinar, ou em um processo de inclusão equivocado, que exclui o aluno público alvo da Educação Especial ao conhecimento ofertado a todos, sem as devidas adaptações, nesse sentido, cabe refletir como se dá a Inclusão Escolar e

quais os equívocos decorrentes de uma apropriação errônea deste conceito.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) representa um dos documentos mais importantes de uma Instituição pois traz diretrizes específicas para a instituição de ensino que o elabora, bem como estratégias metodológicas e didáticas para as necessidades educacionais especiais.

Considerando a importância do Projeto Político Pedagógico como um documento norteador para a prática de uma educação inclusiva, é necessário que este seja elaborado a partir uma Gestão que vise a necessidade de uma educação de qualidade para todos, tal qual a citada nos parâmetros legislativos de educação. E para que isso ocorra, são necessários movimentos administrativos e gerenciais, a partir da concepção de uma Gestão Democrática, que visa a participação de todos os colaboradores e que, portanto, não seja autoritária e meramente burocrática.

Acerca de sua elaboração Libâneo (2004) afirma que é necessário considerar a legislação, os métodos, currículos, e também o clima organizacional, bem como criar procedimentos, valores e hábitos que sejam responsáveis por ressignificar a cultura Escolar. Cultura esta muitas vezes pautada do método tradicional e em uma gestão que apresenta pouco diálogo com os

alunos, professores, colaboradores e à comunidade externa.

Dessa forma, fica evidente que a elaboração do PPP e o modelo de gestão desenvolvido por uma escola, estão diretamente ligados e partem de concepções de valores e modelos culturais desejados pela Instituição de Ensino para seus educandos. Nesse ínterim, a forma de gestão escolhida e apropriada por cada Instituição de Ensino, bem como o marco referencial, situação e a concepção de sociedade elaboradas no PPP, referem-se à aspectos externos ligados à concepções políticas, sociais e econômicas.

Ao tratar sobre a Gestão Escolar, Vitor Paro (2006) em sua obra intitulada “Gestão Democrática na Escola Pública, cita inicialmente, a ideia de democracia escolar como uma utopia, ou seja, um sonho, um devaneio, um lugar inexistente, se considerarmos a realidade das escolas públicas e seus entraves burocráticos, financeiros e materiais, mas que deve ser um desejo de todos, a partir de uma tomada de consciência coletiva acerca daquela realidade.

Nesse sentido, a Gestão Escolar Democrática de acordo com Libâneo (2011) valoriza a participação de toda a comunidade escolar na tomada de decisões, diálogos e trabalho interativo. Ou seja, a Gestão Escolar vai além da

Burocracia e relaciona-se com aspectos culturais e políticos e deve-se pautar na Democracia, Autonomia e participação, visando uma Gestão Democrática com participação de todos os colaboradores e de toda a comunidade escolar, nesse aspecto “O(a) coordenador(a) pedagógico(a) é aquele(a) profissional que coordena o trabalho realizado na escola de forma que este não se torne individualista e desarticulado com a realidade e as necessidades do(a) professor(a) e dos(as) estudantes” (CATANANTE; DIAS, 2017, p. 13).

A Gestão Escolar significa gerenciar a dinâmica cultural da escola, buscando a implementar o Projeto Político Pedagógico de acordo com a democracia, criando um ambiente autônomo e participativo, a partir de tomadas de decisões, como também nas auto avaliações.

2.3. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E ADAPTAÇÃO CURRICULAR

Conceitualmente, o Transtorno do Espectro Autista é descrito como um transtorno de desenvolvimento que afeta a comunicação e a interação social com o meio externo, comportamento restrito e repetitivo. Somente por meio da Lei nº 12.764/2012 chamada Lei Berenice Piana,

é que o autismo passou a ter uma legislação específica, ficando anteriormente relacionados aos demais transtornos tratados nos parâmetros curriculares.

De acordo com o artigo 1, uma pessoa que faz parte do Transtorno do Espectro Autista é aquela que possui:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixo (BRASIL, 2012).

Podendo manifestar-se de diversas maneiras no tocante ao aprendizado, socialização e comportamento, os alunos portadores do Transtorno do Espectro Autista, necessitam de um planejamento escolar e curricular adequado para seu cotidiano, formando uma rotina no qual a Escola esteja preparada para atender a todas essas demandas. O pressuposto fundamental de uma Escola inclusiva é que esta se adapte ao aluno da Educação especial, e não o contrário. Desse modo,

cabe investigar estratégias curriculares e didáticas para lidar com essa realidade.

Para que isso ocorra de forma planejada é necessário saber onde se deseja chegar e quais instrumentos serão utilizados para a obtenção de tal objetivo, o que percorre o caminho da avaliação, não sendo considerada como um fim, mas como um meio. Nesse sentido, questionar as formas de avaliação tradicionais e utilizadas para toda a turma sem as devidas adaptações necessárias, torna-se uma necessidade.

Em relação à essas adaptações para o TEA, Floro (2018, p.14) é necessário percorrer um caminho instrumental acerca dos conteúdos ofertados para as crianças com TEA, de modo que tenham relação direta com seu cotidiano, vale ressaltar a necessidade de uma rotina de atividades para esses alunos, considerando seus interesses e gerando um protagonismo na aprendizagem.

Esse caminho educativo ocorre a partir do conhecimento das necessidades do educando e de suas características, refletindo sobre seu potencial de aprendizagem, em relação ao restante da sala, desconsiderando diagnósticos capacitistas e utilizando uma única forma de avaliar.

Também se torna de suma importância para o educando autista a

interação com outras crianças, de forma de que sua socialização seja instigada, mas ao mesmo tempo, sua rotina seja respeitada, atividades que desenvolvem a ludicidade também podem ser de grande interesse desses alunos. Atividades que envolvem objetos sensoriais, cores, Música e Arte podem auxiliar nesse processo.

O currículo nesse sentido deve se estender para além dos conteúdos, mas para a vivência de cada aluno com sua especificidade e as adaptações que lhes são necessárias, sejam espaciais, ou curriculares. O currículo se torna uma ação, um currículo vivo, perdendo o status de mero documento formulado como tarefa burocrática, mas como um direcionamento para uma Educação Humanizadora e inclusiva de fato.

Nos últimos anos, tem aumentado a presença de laudos e diagnósticos de TEA em escolas de todo o País, tornando urgente o aumento de uma formação qualificada para lidar com a inclusão desses educandos, sobretudo para que haja conscientização a respeito do que significa estar no Espectro Autista e como a escola deve acolher esse público. Em contrapartida, há ideias errôneas acerca do que realmente representa estar no espectro, o que resulta em pré-conceitos e laudos médicos equivocados, atrapalhando todo o processo de inclusão escolar e social.

Por isso cabe à Instituição Escolar a conscientização e a busca pela participação ativa da comunidade externa, nos moldes da Gestão Democrática, de modo que haja compreensão e acolhimento para esses estudantes, como fatores determinantes para a permanência escolar e a busca pela erradicação do fracasso escolar no tocante à inclusão.

2.4. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A ADAPTAÇÃO COM ALUNOS COM TEA: DESENHO UNIVERSAL DA APRENDIZAGEM

Para que o processo de inclusão ocorra para além do PPP e da Gestão Democrática, são necessárias ferramentas que auxiliem o docente em todo o seu processo de planejamento, iniciando desde o mapeamento das necessidades de cada educando, até a avaliação de seus resultados.

Nesse sentido, o Desenho Universal da Aprendizagem, ou DUA representa uma estratégia didática para a adequação das atividades focando na especificidade de cada aluno. Essa ferramenta é definida como um conjunto de materiais que consideram a necessidade de cada aluno, de modo em que o conhecimento a ser aprendido e apreendido, se torne universal.

O DUA, de acordo com seus organizadores David H. Rose e Jenna Gravel, tem como norte três princípios relacionados à sua elaboração, de modo a atender uma prática de ensino inclusiva, que são proporcionar múltiplas formas de apresentação do conteúdo, proporcionar diferentes modos de aprendizagem e promover a participação e o interesse para as atividades pedagógicas (ALVES, RIBEIRO, SIMÕES, 2003).

Dessa forma, essa ferramenta que começou a ser utilizada a partir da década de 90 e tem suas pesquisas recentes, parte da premissa de que é papel da Escola adequar-se ao aluno, e não o contrário. Considerando sua especificidade e trabalhando sua motivação para obter resultados educacionais, de acordo com o lema que o que é essencial para alguns, é bom para todos. Nesse sentido, parte de uma educação que visa a aprendizagem coletiva.

Ribeiro, Amato (2018) aludem que para o DUA, há quatro componentes curriculares que devem ter flexibilização que são os objetivos, relacionados aos conhecimentos e habilidades esperados dos alunos, as avaliações, reajustando suas formas, não considerando somente um meio de resposta e considerando a trajetória escolar do aluno, os métodos em relação à parte afetiva: com recompensa,

diferentes ferramentas, parte estratégica: a partir de modelos diversificados de desempenho, feedback constante, parte de reconhecimento. Com diferentes formas de conteúdos, recursos e mídias, e não menos importante, os materiais que devem estar envolvidos com os objetivos de aprendizagem, de modo a instigar a autonomia e a proatividade.

Acerca do público-alvo do DUA, Pletsch (2020) em seu livro intitulado *“Acessibilidade e Desenho Universal aplicado à aprendizagem na Educação Superior”* atesta que para os princípios dessa ferramenta pedagógica não há um estudante padrão, pois parte da premissa que há diferentes formas de apropriação do conhecimento, considerando deus aspectos cognitivos e afetivos. Dessa forma, considera a pluralidade dos sujeitos educacionais com suas diferentes formas de aprendizado, socialização e apreensão do conhecimento, o que se aplica às transformações necessárias para além do currículo.

Vale ressaltar que para uma Educação Tradicional, essa pluralidade não é atendida de forma eficaz, uma vez que é considerado somente um modo de aprender, baseado em habilidades esperadas de um modelo homogêneo do que deve ser um aluno, o que resulta em uma educação que não utiliza as

ferramentas necessárias para o acolhimento e as Necessidades Educacionais Especiais de cada educando.

Em relação ao Espectro Autista, Pletsch (2020) ainda afirma que para construir estratégias didáticas para esse público-alvo, é necessário considerar suas habilidades e dificuldades, considerando suas especificidades perante outros transtornos de aprendizagem.

Como estratégia didática elucida a importância da organização e rotina desses alunos, o uso de diversos formatos para explicitar o conteúdo abordado, utilizarem seus interesses restritos como ponto de partida para os conhecimentos trabalhados na sala de aula, utilizar e permitir diferentes formas de demonstração de atividades e também utilizar mapas conceituais com diferentes tipos de apoio sejam eles visuais, sonoros, palavras chave, sobretudo ao abordar conteúdos mais abstratos, as atividades em grupo ou duplas também são consideradas para estimular a socialização e autonomia desse público alvo.

Em relação ao planejamento docente, de suma importância para a implementação do DUA, é necessário que haja antes dele uma formação adequada não somente para promover uma educação baseada na Diversidade, mas para compreender que essa ferramenta pode ser

utilizada além da educação especial, e pode ser uma aliada para estratégias com toda a sala de aula.

Em uma abordagem de educação subsidiada pelo DUA, as práticas pedagógicas, a organização dos objetivos, os materiais, os métodos e a avaliação do professor são norteados pela diversidade e pelos modos de aprendizagem contidos na sala de aula que, por sua vez, devem visar à aprendizagem e o envolvimento de todos em sala de aula. Entendemos que as IES, nas atividades realizadas por professores, gestores, graduandos, técnicos-administrativos e equipe de apoio, ao formar os futuros docentes, devem ter como base estes princípios no ensino, na pesquisa e na extensão. Consequentemente, atenderá às necessidades e exigências mínimas da formação inicial de professores para inclusão” (PRAIAS: 2016, p.60)

É válido ressaltar que essa ferramenta se enquadra como uma Tecnologia Assistiva que consiste em “um termo ainda novo que vem sendo revisado nos últimos anos, devido à abrangência e importância desta área para a garantia da inclusão da pessoa com deficiência.” (Castro, Souza, Santos, 2011).

Dessa forma, atua como uma série de Serviços e Recursos que atuam na Educação Especial a fim de promover a diversidade por meio de ferramentas materiais, recursos tecnológicos e educacionais para a pessoa com deficiência, enquadra-se desse modo, como uma TIDIC (Tecnologia de Informação e Comunicação), seu uso pode ser um aliado

para atender as necessidades educacionais e promover as adaptações necessárias.

Portanto, o DUA que inicialmente não foi desenvolvido para atender ao público-alvo da Educação Especial pode ser utilizado como uma estratégia didática aliada à adaptação curricular para os alunos do TEA, utilizando ferramentas educacionais dentro e fora da sala de aula, desde que haja formação inicial e continuada na Educação Especial visando esses aspectos, atividade que pode ser desenvolvida a partir da prerrogativa da Gestão Escolar Democrática.

4. CONCLUSÃO

Portanto, considerando todos os aspectos levantados e investigados nesta Monografia, a Literatura levantada a respeito da Inclusão Escolar e da Escola Inclusiva, atesta para a necessidade da implementação de práticas de ensino humanizadoras, críticas, autônomas e que considerem a diferença, de forma igualitária. A inclusão por vezes é apropriada e entendida de forma errônea, ficando a cargo do Professor a realização de poucas atividades adaptadas, e que afastam o aluno especial da convivência com os demais e do desenvolvimento de sua socialização, tão importante nos casos como os de TEA.

Muito além de mudanças espaciais, é necessário inovar em como a Escola enxerga a inclusão, como é feita a comunicação com esses alunos, como seus interesses e habilidades são considerados, como a avaliação é proposta de modo a considerar suas diferentes formas de apreensão de conhecimento, e de como esse aluno se sente acolhido, parte do ambiente escolar e principalmente, de sua sala de aula.

A flexibilização curricular é um instrumento de mudança, se elaborada e utilizada por uma Instituição de Ensino que enxerga a inclusão uma atitude necessária e de possível aplicação.

O Desenho Universal da aprendizagem que também se caracteriza como uma flexibilização de ferramentas didáticas na prática da educação inclusiva, pode ser utilizado de diferentes formas para atender diversas especificidades que as necessidades educacionais especiais demandam, considerando a motivação dos alunos, seus interesses e principalmente entendendo a diversidade de habilidades, formas de aprender e compreender o conhecimento.

De acordo com os autores consultados, essa prática é um tanto quanto recente no Brasil e é necessária uma mudança de paradigmas para que a Escola não priorize o método tradicional de ensino

e coloque em prática o que as políticas públicas educacionais atestam para o público-alvo da Educação Especial.

5. REFERÊNCIAS

ABDIAN, Graziela Lambão e OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio. **Educação para todos e gestão escolar: interfaces a partir da construção coletiva do projeto político pedagógico**. In: Para além da educação especial: avanços e desafios. Silvia Ester Orrú (org). RJ: Wak Editora, 2014 p.95-130.

BERSCH, R. **Tecnologia assistiva e educação inclusiva**. In: Ensaios Pedagógicos, Brasília: SEESP/MEC, p. 89-94, 2006. _____. Introdução à tecnologia assistiva. Porto Alegre: CEDI (Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil), 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição República Federativa do Brasil**. Brasília, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394)**. Brasília, Centro Gráfico, 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 7.853/89**. Brasília, Centro Gráfico, 1989.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em 25 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012**. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em 1 out. 2022.

CASTRO, A. S. de A.; SOUZA, L. R. de; SANTOS, M. C. **Proposições teóricas para a inclusão da Tecnologia assistiva (TA) no currículo Escolar da educação básica**. Sitientibus, Feira de Santana, n. 44, p. 145-

158, jan./jun. 2011. - GALVÃO FILHO, T. A. e DAMASCENO, L. Tecnologia Assistiva para autonomia do aluno com necessidades educacionais especiais. Revista INCLUSÃO. Brasília: Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (SEESP/MEC), ano 2, n. 02, 2006, p. 25-32. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao2.pdf>>. Acesso em: 28 de junho de 2017.

CATANANTE, Bartolina Ramalho.; DIAS, Lucimar Rosa. **A coordenação pedagógica, a formação continuada e a diversidade étnico-racial: um desafio.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 1, p. 103-113, jun. 2017.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família.** Rio de Janeiro: Wak Ed., 2017.

DUARTE, M. **Adaptação curricular: análise de dissertações e teses produzidas nos programas de pós graduação (2000-2009).** In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Orgs.). Dimensões Pedagógicas nas Práticas de Inclusão Escolar. Marília: ABPEE, 2012, v.2, p. 481-490

FLORO, A. P. O. (2019). **Adaptação curricular para autistas no Ensino Fundamental 1: Um enfoque na Legislação Educacional.** Revista Sociedade em Debate. Conselho de ensino e Extensão- Faculdade Três Marias. Disponível em: <<https://sociedadeemdebate.com.br/index.php/d/article/download/6/2>>. Acesso em: 20 set. 2022.

LDB - **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e prática.** 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, J.C. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização Coleção docência em formação.** Série saberes pedagógicos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LOPES, E. **Adequação curricular: um caminho para a inclusão do aluno com deficiência intelectual. Dissertação (Mestrado).** Universidade Estadual de Londrina, 2010. 107

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

LUCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Égler (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: caminhos, descaminhos, desafios, perspectivas.** In: O desafio das diferenças nas escolas. Maria Teresa Eglér Mantoan (org). 5°.ed. - Petrópolis: Vozes, 2013. p.29-41.

MANTOAN, M. T. E. A. **Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na educação inclusiva: entendendo o desafio.** 2 ed., rev., atual. ampl.. Curitiba: IBPEX, 2008.

NUNES, Clarice; MADUREIRA, Isabel. **Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas.** In: Da Investigação às Práticas, v.5, n. 2, p. 126 – 143, 2015. Disponível em: . Acesso em: 12 jan. 2016.

OMOTE, Sadao. **A formação do professor de educação na perspectiva da inclusão.** In: BARBOSA, R. L. L. (Org.) Formação de educadores: desafios e perspectivas. São Paulo: UNESP, 2003. (p. 153-169)

OLIVEIRA, A. R. de P. e; GONÇALVES, A. G.; BRACCIALI, L. M. P. **Desenho universal para aprendizagem e tecnologia assistiva: complementares ou excludentes?.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 16, n. esp.4, p. 3034–3048, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16iesp.4.16066. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamerican/a/article/view/16066>. Acesso em: 8 out. 2022.

OLIVEIRA, E. S. **O currículo escolar: uma análise na perspectiva da inclusão de alunos com deficiência intelectual**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 42. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012

PAULA, Hulda Iza Gonçalves de. **Adaptações curriculares e a inclusão educacional da pessoa em situação de deficiência: um estudo de caso em escolas públicas localizadas no município de Belém/PA**. 2016. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em Educação.

PLETSCH, M. D. **Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual**. 2ª Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nau, 2014.

PLETSCH, M. D. **A escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil: da institucionalização às políticas de inclusão (1973-2013)**. Revista Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 22, n. 81. Dossiê Educação Especial: diferenças, currículo e processos de ensino e aprendizagem. Editoras convidadas: Márcia Denise Pletsch & Geovana Mendonça Lunardi Mendes. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/2750/275031898089.pdf> >. Acesso em: 30 set. 2022.

PRAIS, J. L. de S.; STEIN, J. de Q.; VITALIANO, C. R. **Desenho universal para a aprendizagem na promoção da educação inclusiva: uma revisão sistemática**. Revista Exitus, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e020091, 2020. DOI: 10.24065/2237-9460.2020v10n1ID1268.

Disponível em:

<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1268>.

Acesso em: 6 out. 2022.

PRAIS, J. L. S., ROSA, V. F. **Princípios do desenho universal para a aprendizagem: Planejamento de atividades pedagógicas para Inclusão**. Revista Ideação, Foz do Iguaçu, v. 18, n. 2, 2º semestre de 2016.

RODRIGUES, D. **Educação e a diferença**. In: (Org.). Educação e diferença: valores e práticas para uma educação inclusiva. Lisboa, 2001.

SANTOS, B. (2007). **Comunidade escolar e inclusão**. Quando todos ensinam e aprendem com todos. Lisboa: Instituto Piaget.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educacionais especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VIANNA, M.M. **Lidando com a diversidade em sala de aula: práticas de inclusão**. In: PLETSCH, M. D; RIZO, G. (Orgs.). Cultura e formação. 1ª ed – Seropédica: Editora da UFRRJ, 2010.

ZERBATO, A. P. **Desenho Universal Para Aprendizagem: práticas educativas na inclusão escolar**. Projeto de qualificação (Doutorado Em Educação Especial), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 142f., 2016